

## O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA HISTÓRICO PARA O CADASTRO DE FONTES MATERIAIS E ARQUIVÍSTICAS

Ana Teresa Cirigliano Villela <sup>1</sup>

*anacirigliano@usp.br*

Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci<sup>2</sup>

*mariacsb@sc.usp.br*

### Resumo

Este trabalho trata do método de cadastro de fontes materiais arquivísticas, apoiado em Sistemas de Informação Geográfica, adotado em pesquisa de doutorado, na qual são levantados e espacializados dados na escala do edifício, lote a lote, relativos ao chamado Quadrilátero Central, que corresponde à área de fundação da cidade de Ribeirão Preto, localizada no estado de São Paulo. São cadastrados edifícios de interesse histórico – dotados de características excepcionais ou modestas, conservados ou arruinados, tombados ou não, remanescentes na paisagem atual – aqui chamados de fontes materiais. A materialidade é considerada fonte informativa direta de dados, que servem ao estudo da dimensão histórica e social do artefato arquitetônico e urbano. Já as fontes arquivísticas da pesquisa consistem em documentos disponíveis no acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, especificamente, projetos arquitetônicos, fotografias e mapas cadastrais. As fontes estão circunscritas ao recorte temporal da pesquisa, 1856 a 1956, e organizadas de acordo com sua natureza – material ou arquivística – e a escala dos elementos nelas representados – arquitetura ou paisagem. A seleção das edificações se baseia em análises visuais, feitas em campo, através do reconhecimento de elementos como platibandas, vitrais, balaustradas, porões, alpendres, cachorros, e ornamentos característicos de estilos como o ecletismo, o neocolonial, o *art nouveau*, o *art déco* e o moderno. Dados preliminares sobre os imóveis são colhidos nas Folhas de Informação, documentos de consulta pública cedidos pela Prefeitura Municipal, que contêm dados sobre o proprietário atual, localização, data de aprovação e natureza do processo (construção, demolição, reforma, ampliação, etc.), número e data de expedição do alvará, autor(es) do projeto, engenheiro responsável, dentre outros. Demais informações são buscadas nos documentos do Arquivo Público. Os projetos estão organizados em seções de obras públicas e de obras particulares. A primeira contém dossiês e, na segunda, há processos desde 1911 a 1979, organizados em caixas segundo o ano de aprovação. Em cada caixa, há pastas com os projetos identificados por um número sequencial e pelas informações relativas ao proprietário e à rua, anotadas nas capas. Os projetos circunscritos aos recortes temporal e territorial da pesquisa são fotografados/escaneados, inclusive aqueles relativos a imóveis demolidos, para posterior georreferenciamento. Aos arquivos de imagem, contendo a reprodução das pranchas de projeto, são atribuídos dados referentes a: ano, caixa, planta, data de

<sup>1</sup>Doutoranda do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, Brasil.

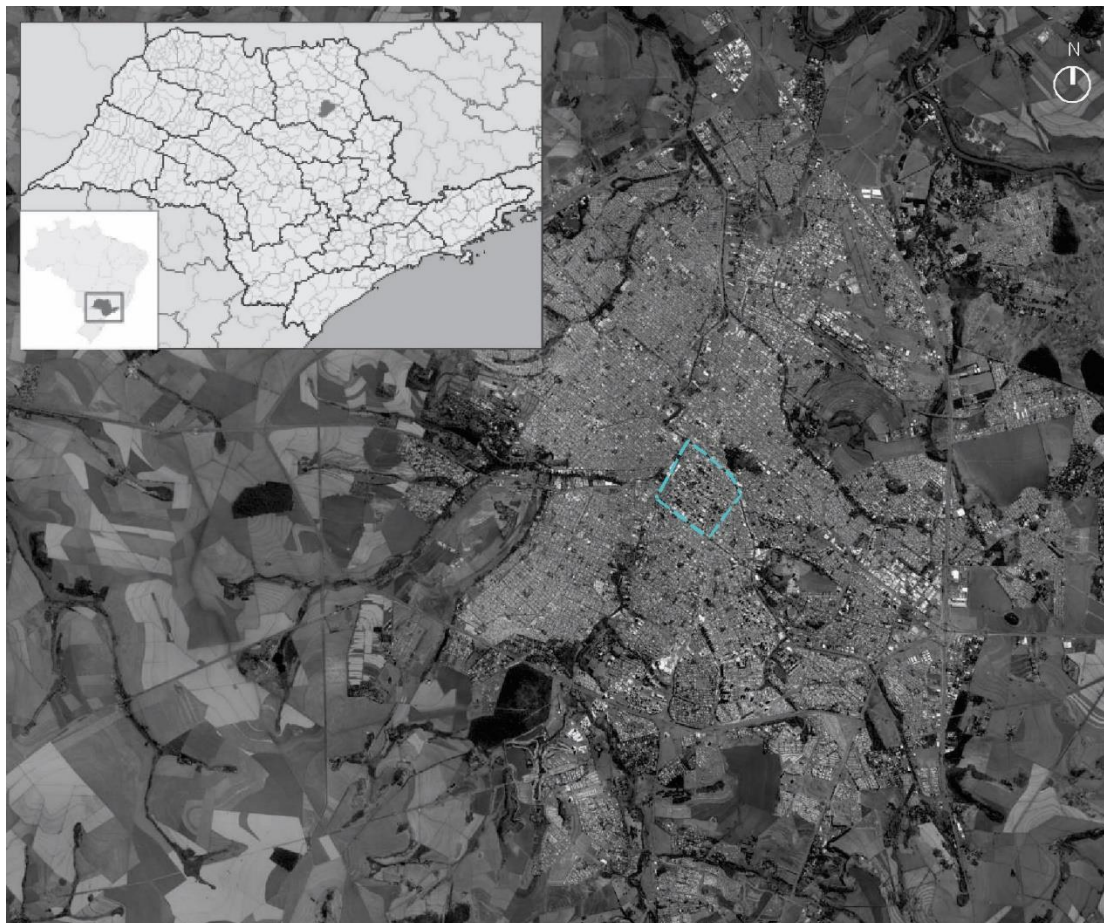
<sup>2</sup>Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, Brasil.

aprovação, rua, número (atual/antigo), proprietário, arquiteto/ engenheiro/ construtor, tipo de projeto (construção, reconstrução, reforma, aumento, demolição) e uso. Informações complementares ao uso são obtidas em periódicos, especificamente em anúncios de jornais e nas relações de profissionais e estabelecimentos comerciais e industriais presentes nos almanaques. Para além da escala do edifício, as fotos e os mapas, que informam aspectos relativos ao tecido edificado e ao tecido urbano, também são georreferenciados. Aos arquivos de fotos são atribuídos dados relativos a: número de registro, descritores, ano e fotógrafo/estúdio. Nos mapas, são vetorizadas todas as edificações inseridas no Quadrilátero Central, permitindo estimar a datação de muitas das edificações históricas inicialmente cadastradas bem como analisar o processo de ocupação da área de estudo. O entrecruzamento de todas essas fontes por meio de Sistemas de Informação Geográfica apresenta novas possibilidades para a história urbana ao conformar um grande banco de dados brutos, que se presta tanto para a organização e difusão de acervos quanto para gestão do patrimônio edificado. Portanto, o método aqui proposto aproxima a prática historiográfica da preservação patrimonial e os documentos dos artefatos. Muito embora tenha sido desenvolvido a partir das características materiais da paisagem e dos documentos disponíveis sobre a área de estudo, é possível estender a sua aplicabilidade a outras áreas de Ribeirão Preto e a outras cidades brasileiras.

**Palavras-chave:** Sistema de Informação Geográfica, Fontes materiais, Fontes arquivísticas.

Este artigo trata do método que foi desenvolvido no âmbito da pesquisa de doutorado “Arqueologia da Paisagem Urbana: o processo de (trans)formação do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (SP)”, iniciada em 2019 no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Na pesquisa, associamos fontes arquivísticas e fontes materiais por meio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para o estudo do processo de formação e transformação do chamado Quadrilátero Central, que corresponde ao núcleo de fundação da cidade de Ribeirão Preto (Figura 1). Para efeitos de consulta à documentação, estabelecemos como recorte temporal da pesquisa o período que vai de 1856, data da fundação oficial da cidade, a 1956, ano do centenário quando se inicia o processo de verticalização dos edifícios e consequente alteração perfil urbano predominante.

Figura 1 – Localização do município de Ribeirão Preto (SP) com a demarcação da área correspondente ao Quadrilátero Central.



Fonte: Google Earth, 2020.

Sistemas de Informação Geográfica são “sistemas computacionais utilizados para armazenar e manipular informações geográficas” (ARONOFF, 1991, p. 1) (tradução nossa). Seu uso é amplamente difundido na área do Planejamento Urbano, mas, desde a década de 1990, a partir do trabalho de Bernard Gauthiez sobre a cidade francesa de Lyon (GAUTHIEZ, 2016), vem sendo direcionado também a pesquisas históricas. No Brasil, além de pesquisas acadêmicas como aquelas coordenadas por Beatriz Bueno (BUENO, 2018), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), destacamos a plataforma [imagerio.org](http://imagerio.org), uma iniciativa do Humanities Research Center da Rice University que apresenta um retrospecto do processo de transformação da paisagem carioca desde a chegada dos

portugueses até os dias atuais com base em documentação cartográfica (EL-DAHDAH; METCALF, 2016).

Outras plataformas digitais têm se utilizado do SIG para o georreferenciamento do patrimônio material e imaterial, a exemplo do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e do Patrimônio Cultural Carioca, elaborado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) – órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Enquanto o exemplo do IPHAN viabiliza a criação de um banco de dados em escala nacional, no caso carioca, trata-se de uma integração da gestão patrimonial ao Sistema Municipal de Informações Urbanas.

As duas vertentes de aplicação do SIG, histórica e patrimonial, sinalizam o potencial inerente à espacialização de dados provenientes de fontes arquivísticas e materiais, além de outras ainda pouco exploradas, como as fontes orais e audiovisuais. Evidentemente, todas as fontes são lacunares e cabe ao pesquisador estabelecer as formas de cotejamento e historicização dos dados. O SIG, na verdade, viabiliza “a elaboração de cartografias regressivas e temáticas – quadra a quadra, rua a rua, lote a lote –, cruzando informações textuais e visuais variadas, reconstituindo perfis tanto materiais como sociais” (Bueno, 2018, p. 6).

A seguir, iremos nos deter sobre as duas categorias de fontes utilizadas na pesquisa, de natureza arquivística e material, e das suas interações com o campo historiográfico e da preservação patrimonial.

## **1 FONTES ARQUIVÍSTICAS E HISTORIOGRAFIA**

Em nossa pesquisa, as fontes arquivísticas se referem ao conjunto de documentos bibliográficos, fotográficos e cartográficos que integram principalmente o acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP). Elas representam elementos da paisagem urbana, fazendo uso de diferentes escalas, convenções e simbologias, mas que mantêm em comum o suporte em papel. O georreferenciamento desses dados foi acompanhado de um longo processo de digitalização dos documentos para que então pudessem ser associados a dados espaciais dentro do ambiente SIG.

O gênero bibliográfico é definido como o conjunto de documentos impressos, tais como livros e periódicos (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Dentre aqueles consultados, destacam-se livros administrativos, como livros de impostos prediais e de cadastro de plantas, e publicações comercializadas na cidade na primeira metade do século XX, como o Almanach Illustrado de Ribeirão Preto (SÁ, MANAIA & Cia, 1913), o Brazil Magazine (BOTELHO, 1911) e O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Commemoração do 1º Centenário da Independência Nacional (GUIÃO, 1923). Também consultamos almanaques e periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. De particular importância foram as edições do Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial (SP) que circularam entre 1884 e 1888 (SECKLER, 1882, 1885, 1886, 1887, 1888), e do Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), referentes ao período de 1891 a 1940 (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1891-1940). Ambos contêm relações de profissionais, ofícios e estabelecimentos comerciais que nos deram um panorama, ainda que inicial e parcial, sobre as atividades e dinâmicas estabelecidas no meio urbano de Ribeirão Preto desde finais do século XIX a meados do século XX com rebatimentos diretos sobre a paisagem urbana. Tais informações estão complementadas por fotografias e anúncios exclusivamente elaborados para tais publicações.

Outras fontes visuais foram encontradas no acervo do APHRP, que possui aproximadamente 10 mil fotografias. No entanto, apenas 1814 foram catalogadas e 1606 digitalizadas. Dentre essa amostragem, 327 registram edifícios, ruas, praças e panoramas aéreos do Quadrilátero Central, que, mais do que registros da paisagem real, enquadradas pelas lentes dos fotógrafos, atuam como suportes de um imaginário urbano que exaltava as obras de embelezamento e saneamento, as pujantes edificações da elite cafeeira e as instituições de maior vulto – sobretudo aquelas que reforçavam a ordem e o progresso republicanos. Nesse sentido, buscamos analisar esses documentos fotográficos a partir do modelo de triangulação proposto por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes:

- a) o visual, que engloba a "iconosfera" e os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção / circulação / consumo / ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais, etc.;
- b) o visível, que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à "ditadura do olho", ao ver/ser visto e ao dar-se/não-se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade, etc.;
- c) a visão, os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do "olhar". (MENESES, 2003, p. 30-31).

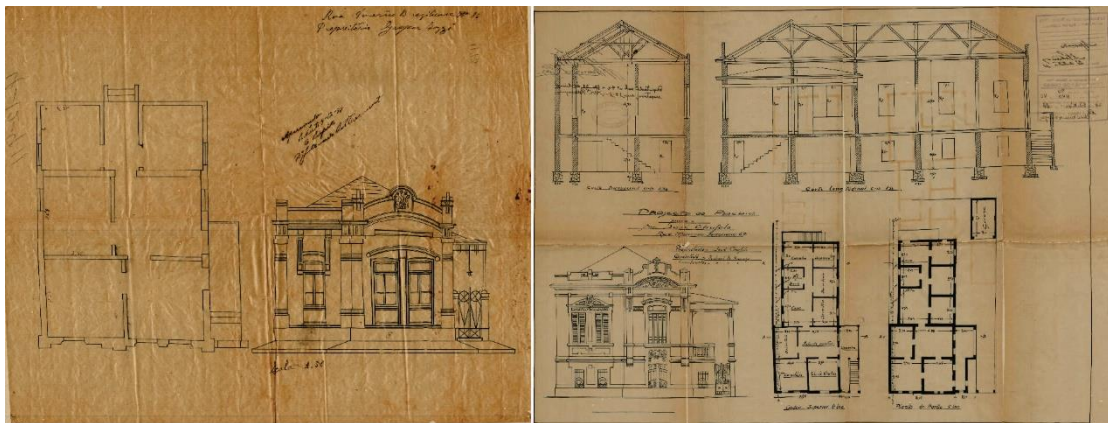
Outra categoria de fonte utilizada na pesquisa foram os documentos cartográficos, que incluem representações gráficas da superfície terrestre e desenhos técnicos (ARQUIVO NACIONAL, 2005). O acervo do AHPRP dispõe de mapas em diferentes escalas, como os chamados mapas de quadras, que representam o sistema viário e os quarteirões, e os mapas cadastrais, que contêm registros pormenorizados de edificações e lotes. As escalas de representação estão diretamente relacionadas ao tipo de informação e à função que um documento tem a oferecer. No entanto, nem todos os mapas contêm cabeçalhos ou legendas. Alguns também não estão datados, mas, por meio de análises seriais, é possível estabelecer uma cronologia de tais representações com base em outras fontes e no traçado urbano existente.

Detivemo-nos especialmente sobre os mapas cadastrais, visto que eles nos possibilitam perscrutar microescalas da paisagem. No acervo do AHPRP, há três mapas cadastrais, datados de 1884, 1910 e 1918. Também há uma coleção de pranchas tamanho A1, encomendada pelo Departamento de Viação e Obras Públicas de Ribeirão Preto em 1939. Cada prancha contém o desenho de uma quadra, feito a lápis, com a representação dos lotes e dos perímetros das edificações, devidamente cotados, e a identificação dos respectivos números de emplacamento e nomes de proprietários dos imóveis. A coleção totaliza mais de 400 desenhos, sendo que há 187 pranchas do Quadrilátero Central, número equivalente à quantidade de quadras.

Além dos mapas, que apresentam uma escala mais abrangente do território, os projetos de arquitetura também integram o gênero documental cartográfico. Há duas seções de projetos no AHPRP: obras públicas – também chamada de inventário – e obras particulares. Enquanto as obras públicas estão organizadas em dossiês, as obras particulares estão organizadas em caixas, de acordo com o ano de entrada dos processos de solicitação para construção, reconstrução, reforma e aumento de imóveis. Essa seção do AHPRP tem início em 1910 e se estende até 1979. Apesar de

constituírem uma única seção, os processos apresentam conteúdos que variam bastante a depender do período ao qual pertencem, vide o comparativo utilizado como exemplo na Figura 2. Isso se deve às mudanças nos códigos de posturas e legislações urbanísticas, que exigiram maior complexidade dos projetos de arquitetura para sua aprovação junto à Câmara e, posteriormente, à Prefeitura Municipal, acrescentando não apenas informações gráficas, mas também documentos complementares, como os memoriais descritivos.

Figura 2 – Pranchas de projeto referentes aos processos 110 de 1911 e 70 de 1933 (imagens sem escala)



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP).

Os processos particulares, até a década de 1930, contêm apenas as pranchas de desenho, com raras exceções. O conteúdo ora se apresenta de maneira completa – de acordo com as exigências dos códigos de posturas, contendo plantas, cortes e elevações – ora de forma parcial. Também era rara a inserção do número do imóvel, indicando-se apenas o proprietário e a rua. Ainda assim, localizamos pranchas sem qualquer tipo de identificação.

Nos processos a partir da década de 1930, já é possível encontrar, além das pranchas de projeto, os pedidos e os memoriais descritivos, elaborados e assinados pelos autores do projeto e/ou construtores. Até então, nem todas as pranchas continham a identificação ou a assinatura de seus autores, que eram, em sua maioria, projetistas e construtores licenciados que obtiveram o reconhecimento da competência profissional e atuaram substantivamente na produção arquitetônica urbana. A

assinatura das pranchas só se tornou mais frequente a partir de 1933, quando criado o antigo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), bem como os conselhos regionais (CREA), que passaram a regular o exercício profissional no país. Contudo, mesmo com a regulamentação da profissão, até a década 1950, quando se encerra o recorte temporal da pesquisa, os profissionais não diplomados continuaram a ser bastante atuantes. Justamente por tal condição, esses profissionais, que eram tanto de origem nacional quanto estrangeira, até muito recentemente, foram relegados ao anonimato historiográfico. O desvelamento desses profissionais, alguns atuantes também na capital e em outras cidades paulistas, está alinhado às recentes pesquisas em história da arquitetura e do urbanismo, influenciadas pelos historiadores dos *Annales*, e capitaneados no estado de São Paulo pelos trabalhos de Emma Debenedetti e Anita Salmoni sobre a arquitetura italiana paulista (DEBENEDETTI; SALMONI, 2007), de Yvoti de Macedo Pereira Macambira sobre os mestres fachadistas (MACAMBIRA, 1985), de Carlos Lemos sobre a casa paulista (LEMOS, 2015), de Lindener Pareto Júnior sobre os práticos licenciados atuantes na cidade de São Paulo (PARETO JÚNIOR, 2011; 2016) e de Rita de Cássia Francisco sobre os construtores “anônimos” em Campinas (FRANCISCO, 2013), dentre outros.

Além dos profissionais, os nomes dos proprietários desses imóveis sinalizam personagens de uma história não contada sobre Ribeirão Preto, que extrapola o protagonismo assumido pelos grandes fazendeiros e da monumentalidade do legado do café presentes nas narrativas de historiadores e memorialistas locais. Esses personagens não eram noticiados pela mídia como “reis do café”, mas eventualmente figuravam dentre os artífices e profissionais relacionados nos almanaques, ou nos anúncios de jornais junto aos seus estabelecimentos comerciais, fábricas e negócios em geral. E, claro, constavam nas relações de contribuintes do município, tanto nos Livros de Impostos Prediais quanto nos Livros de Registro de Impostos e Profissões. Portanto, também foram atores importantes da cena urbana.



## 2 FONTES MATERIAIS E PATRIMÔNIO

O Quadrilátero Central de Ribeirão Preto sempre esteve sob um constante processo de transformação, acelerado desde a década de 1950. Nesse período, segundo Calil Junior (2003), intensificou-se a verticalização da área, que havia sido sinalizada em 1936, com a inauguração do Edifício Diederichsen, considerado o primeiro arranha-céu do interior paulista. Os novos parâmetros de uso do solo, viabilizados pelas novas tecnologias construtivas, como o concreto armado, e pelas legislações urbanísticas das décadas de 1970 e 1980 (MIGLIORINI, 1997) contribuíram para as demolições sistemáticas que aconteceram desde então para dar lugar a novas torres residenciais e comerciais. Ainda assim, remanescem centenas de edificações de interesse histórico, muitas das quais encontram seus pares nos documentos cartográficos e fotográficos do APHRP. Ora conservadas, ora deterioradas, a grande maioria é destituída de qualquer instrumento de proteção enquanto bem patrimonial, muito embora a lei preveja o inventário, o tombamento e a chancela da paisagem cultural como categorias de acautelamento legal. Apesar de não ser a única causa, frente à complexidade dos processos urbanos contemporâneos, a ausência de políticas públicas de proteção do conjunto urbano vem contribuindo para a perda sintomática desse patrimônio material. Ao contrário, medidas de acautelamento legal são previstas apenas para edifícios isolados e de caráter monumental, com exceção para duas ruas e duas praças, mas, ainda assim, com alcance muito restrito.

A seleção das edificações se baseia em análises visuais, feitas em campo, através do reconhecimento de elementos como platibandas, vitrais, balaustradas, porões, alpendres, cachorros, e ornamentos característicos de estilos como o ecletismo, o neocolonial, o *art nouveau*, o *art déco* e o moderno, mas sem buscar enquadrá-las em um determinado estilo, tendo em vista a existência de muitos exemplares híbridos e reformados. Em alguns casos, restam apenas fragmentos dessa arquitetura histórica, tais como muros, platibandas e ornamentos, que, mesmo diante de tal condição, ainda funcionam como indicadores temporais e históricos. Por meio de análises estético-estilísticas desses elementos e dos remanescentes edifícios, é possível estimar o período em que tais obras foram construídas, considerando assim a materialidade

como fonte informativa direta de dados, que servem ao estudo da dimensão histórica e social do artefato arquitetônico e urbano. Ou seja, mesmo em um estado fragmentário, esses elementos reforçam o potencial do próprio objeto arquitetônico e da própria cidade como uma fonte histórica. A partir desses fragmentos materiais, é possível desvelar os muitos tempos que se sobrepõem na paisagem.

Pesavento (2004) afirma que “a cidade, enquanto materialidade, é palimpsesto de formas, que remetem à imagem arcaica do tecido ou trama na qual se superpõem várias camadas, mais ou menos aparentes, se não invisíveis de todo” (PESAVENTO, 2004, p. 27).

Falamos, portanto, de uma cidade-palimpsesto que também é cidade-documento. A cidade-documento guarda traços da evolução urbana e, por isso, não é caracterizada pela homogeneidade estilística, ou pela sua integridade, mas assemelha-se a um palimpsesto na medida em “aciona para sua compreensão uma leitura eminentemente histórica, de apreensão do percurso e das mudanças que inscreveram as marcas naquela porção do território” (CAVALCANTE, 2016, p. 135).

Por isso, em nossa pesquisa, associamos as fontes arquivísticas às fontes materiais. Ao aproximarmos essas duas categorias de fontes, buscamos estabelecer um diálogo entre a produção historiográfica e a preservação do patrimônio edificado, entre o documento e o monumento, segundo a dialética de Le Goff (1990). Enquanto as fontes arquivísticas *representam* o objeto arquitetônico e urbano as fontes materiais *são* o próprio objeto na contemporaneidade. Essa característica material é, inclusive, o que distingue o objeto de estudo da história da arquitetura em relação ao objeto de estudo da história geral (WAISMAN, 2013).

O potencial informativo da documentação física vem sendo bastante explorado em estudos sobre cultura material, nos quais os chamados artefatos são as principais – quando não as únicas – fontes informativas sobre as sociedades do passado. O documento material possui características particulares, como a ubiquidade, a menor permeabilidade ideológica, as facilidades no tratamento quantitativo e comparativo e o caráter de anonimato, conforme nos esclarece Meneses:

Tal caráter de anonimato, associado à serialidade, à repetição, faz dos artefatos excepcional veículo para estudo de um domínio para cuja

importância visceral os historiadores, nos últimos anos, têm chamado a atenção: o cotidiano, o domínio do banal, da purificação do evento, das tendências quase em estado "natural". Quanto a estes aspectos, a documentação escrita raramente oferece equivalência: o banal e a recorrência não costumam integrar as prioridades do registro escrito. (MENESES, 1983, p. 112).

Até meados do século XX, a história da arquitetura cultivou o caráter excepcional das edificações e de seus autores, em detrimento daquelas chamadas edificações menores. Nos anos de 1950 e 1960, na Itália, ecoaram as primeiras vozes de pesquisadores questionando a composição das cidades como uma somatória de obras excepcionais, aceitas como “obras de arquitetura”. Arquitetos como Saverio Muratori, Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, fortemente influenciados pelas ideias de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, passaram a defender o estudo e a interpretação das cidades como organismos compostos majoritariamente pelas obras e atores condenados ao anonimato (CANIGGIA; MAFFEI, 1995). Esse viés historiográfico teve fortes implicações sobre os critérios de seleção dos bens patrimoniais inseridos no meio urbano. Na Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, publicada pela Unesco, em 2011, a paisagem histórica urbana foi definida como a “área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais” (UNESCO, 2011). O termo estratificação reforça o caráter heterogêneo da paisagem e que extrapola a escala das edificações, contemplando também elementos naturais, infraestruturais, culturais, sociais, econômicos, etc.. No Brasil, muito embora tenha crescido o número de sítios tombados pelo IPHAN (MOTTA, 2000), essa compreensão da paisagem como objeto estratificado ainda não está de todo cristalizada nas políticas de preservação nacionais, estaduais e municipais, permanecendo forte o interesse sobre a arquitetura de excepcional valor artístico.

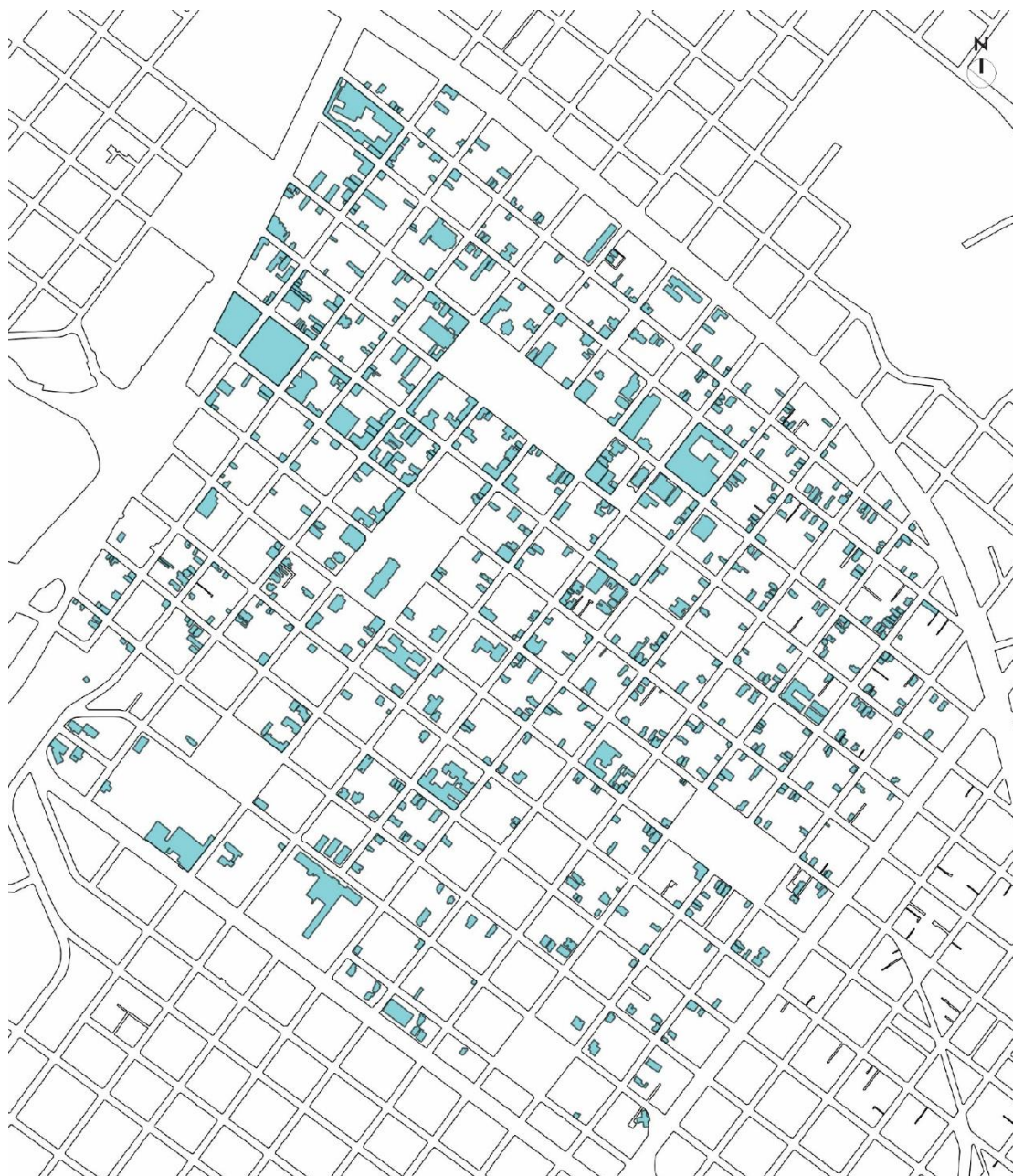
### **3. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA HISTÓRICO**

O SIG histórico permite organizar cada categoria de fonte em uma camada (ou, em inglês, *layer*), de forma independente, que pode ser “acionada” ou “ocultada” para a visualização e comparação dos dados contidos em cada uma delas (GAUTHIEZ, 2016). O espaço geográfico torna-se o suporte para tal visualização. Além de um

banco de dados com fontes de naturezas diversas, em nosso caso tensionamos uma série de possibilidades de novas abordagens sobre a história da produção arquitetônica e urbana de Ribeirão Preto, partindo do Quadrilátero Central. A partir das fontes coletadas e dos dados espacializados, é possível estudarmos as atividades econômicas e sua distribuição no espaço urbano, a atuação de projetistas e construtores, as dinâmicas de transformação na escala do lote, as mudanças nas técnicas e tipologias construtivas, dentre outras questões que reforçam o caráter dinâmico da cidade, ou de porção dela.

Utilizamos o *software* QGIS, de uso gratuito, no qual elaboramos camadas diversas e as organizamos segundo as fontes e os elementos urbanos nelas representados. Por exemplo, para o cadastro das fontes materiais, criamos a camada PC\_QC, na qual vetorizamos todas as edificações de interesse histórico remanescentes na paisagem atual e vinculamos a cada uma delas uma série de atributos (termo utilizado em SIG para indicar os dados relacionados a um dado vetor). Em SIG, os vetores constituem a geometria utilizada para representar os elementos do mundo real (SUTTON et. al., 2009), nesse caso, o perímetro de implantação das edificações. Na Figura 3, reproduzimos o resultado desse cadastro, no qual as edificações foram vetorizadas e destacadas em azul.

Figura 3 – Vetorização das edificações de interesse histórico



Fonte: Elaborado por Ana Teresa Cirigliano Villela, 2020.

Cada um desses vetores/edificações contém dados relativos a endereço (com numeração atual e antiga), grau de proteção (quando existente), ano de construção, dentre outros, e arquivos de mídia com fotos atuais e antigas e os projetos de arquitetura, quando localizados no APHRP (Figura 4). Em alguns casos, a

documentação arquivística é vasta, como o caso do Palácio Rio Branco, mas em outros a única fonte informativa é, de fato, a própria edificação.

Figura 4 – Atributos associados às edificações cadastradas, a partir do exemplo do Palácio Rio Branco, atual sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

PC QC - Atributos da feição

**Ações**

Ano da base cartográfica: 2016

Patrimônio urbano: Edificação

Endereço: Largo do Rio Branco

Número do imóvel: 0

Número antigo: NULL

Identificação do bem: Palácio do Rio Branco

Proteção (Tombamento):  
 Estadual  
 Federal  
 Municipal

Processo 1: NULL

Processo 2: NULL

Processo 3: 02 2009 052816 2

Ano do projeto: 1915

Ano de construção: 1917

Autor do projeto: NULL

Responsável técnico: NULL

Tipo: <NULL>

Reformas - Décadas:  
 1900  
 1910  
 1920  
 1930  
 1940

Uso original: Institucional

Uso atual: Institucional

Situação: <NULL>

Ano da demolição: NULL

Arquivo Público - Processo: Inventário

Foto 1: ./SIG QC/Foto/2020-06-14-RP - Centro/20200614\_135031.jpg

Foto 2: ./SIG QC/Foto/2020-06-14-RP - Centro/20200614\_135146.jpg

Foto 3: ./SIG QC/Foto/2020-06-14-RP - Centro/20200614\_135806.jpg


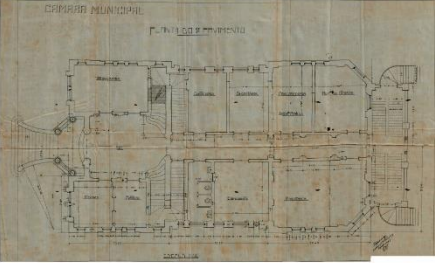


Projeto: C:/SIG QC/Projeto/Palácio Rio Branco.jpg

Iconografia histórica: C:/SIG QC/Iconografia/Palácio Rio Branco.jpg

Aluna: Tainah Melchior

Data do levantamento: 2019-08-18

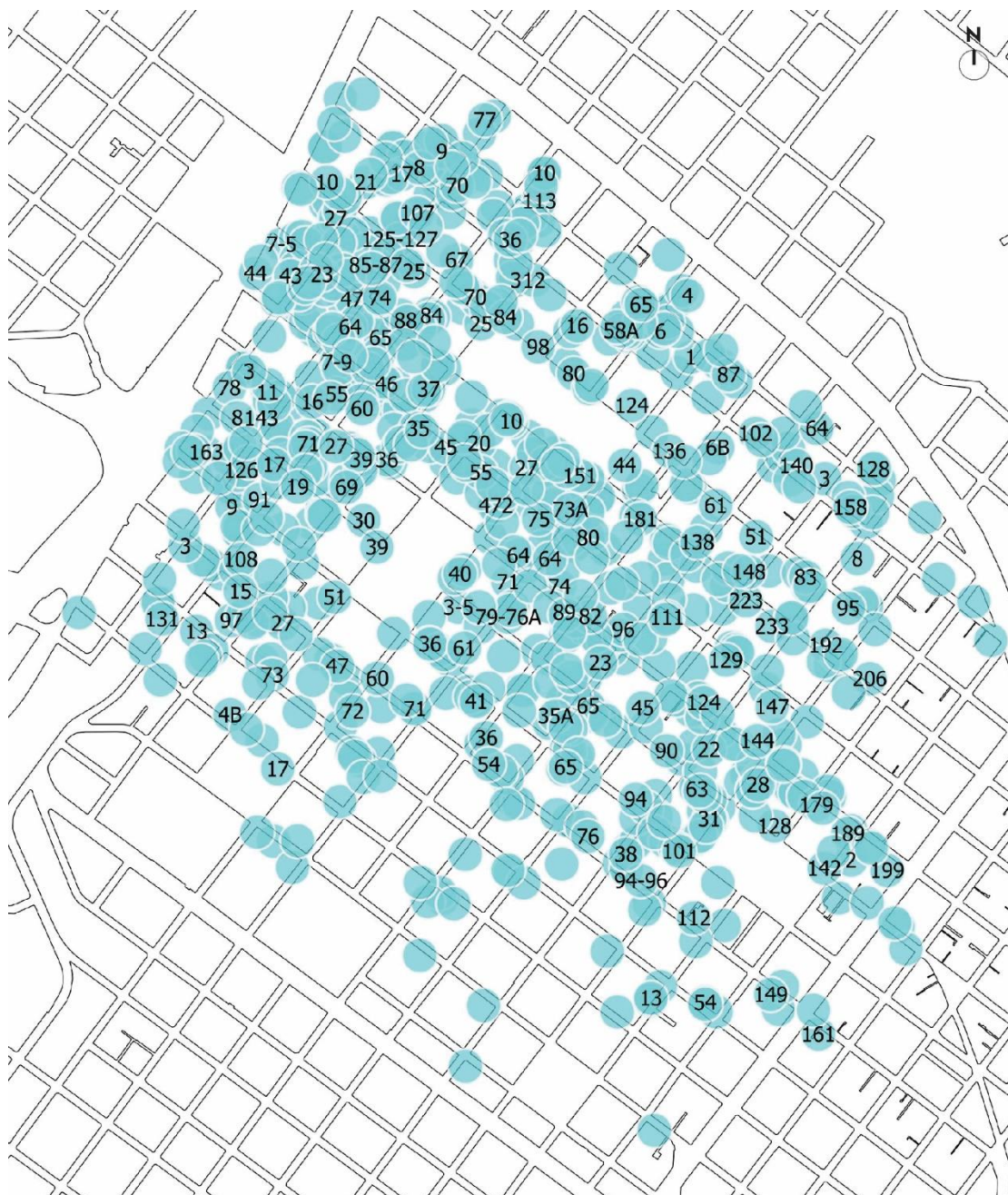
OK Cancel

Fonte: Elaborado por Ana Teresa Cirigliano Villela, 2020 com base na documentação do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP).

A título de exemplo, ilustramos na Figura 5 outra camada, intitulada Projeto, criada para o cadastro dos projetos de arquitetura.

Figura 5 – Georreferenciamento dos projetos de arquitetura de 1911 a 1922



Fonte: Elaborado por Ana Teresa Cirigliano Villela, 2020

Em nossa pesquisa, consultamos um total de 9.116 processos de imóveis, que contêm pranchas de projetos de construção e reconstrução, destinados a edificações de uso residencial, comercial, institucional e industrial; memoriais descritivos pedidos de aprovação alvarás de construção e requerimentos de habite-se, endereçados a toda a área urbana. Evidentemente, esse acervo não corresponde ao real número de

edificações construídas e reconstruídas desde 1911, pois há processos que se perderam e há muitas atividades construtivas que não chegaram a ser aprovadas e registradas pela Câmara e, posteriormente, Prefeitura Municipal. Ainda assim, trata-se de um acervo vasto e riquíssimo, no qual selecionamos e escaneamos os projetos endereçados ao Quadrilátero Central.

O georreferenciamento desses projetos exige, antes, o tratamento das imagens escaneadas e a localização de cada uma das edificações representadas sobre o espaço geográfico, o que nem sempre é uma tarefa simples, visto que a maioria dos processos está inscrita sob o sistema de endereçamento antigo e alguns sequer contêm a numeração do imóvel. Dada a morosidade do processo, até o momento conseguimos georreferenciar 606 projetos circunscritos ao período de 1911 a 1922, com base no entrecruzamento das fontes materiais e arquivísticas descritas anteriormente. Entretanto, todo o exercício de localização dos projetos e de deciframento dos antigos sistemas de endereços já são suficientes para nos apresentar e nos aproximar das microescalas da paisagem, nas quais ficam evidentes as discontinuidades materiais e temporais que conformam a “cidade-palimpsesto” (PESAVENTO, 2004).

## REFERÊNCIAS

ARONOFF, Stan. **Geographic Information Systems: A Management Perspective**. Ottawa: WDL Publications, 1991.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BOTELHO, Martinho (Ed.). **Ribeirão Preto Le Pays du Café**. In: Brazil Magazine – Revista Periodica e Illustrada d’Arte e Actualidades, Rio de Janeiro, ano V, n. 57, 1911.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)**. 2018. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-17012019-135711/pt-br.php>>. Acesso em: 2020-12-20.



CALIL JUNIOR, Osório. **O Centro de Ribeirão Preto: os processos de expansão e setorização.** 2003. Dissertação (Mestrado). EESC - USP, São Carlos.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Tipología de la edificación.** Estructura del espacio antropico. Tradução: Margarita GardaGalán. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

CAVALCANTE, Ivana Medeiros Pacheco. **Arquiteturas temporais: a prática historiográfica do patrimônio cultural.** 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23327>> Acesso em: 20 dez. 2020.

DEBENEDETTI, E.; SALMONI, A. **Arquitetura Italiana em São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

EL-DAHDAH, Farès; METCALF, Alida C. **imagineRio: A Diachronic Atlas of the Social and Architectural Evolution of Rio de Janeiro (video online).** In: **2016 Digital Frontiers Annual Conference**, 22 set. 2016, Houston, Texas. Disponível em: <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc948130/>: Acesso em: 19 jan. 2021.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade.** 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-10102013-111937/>> Acesso em: 20 dez. 2020.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital: arquivos de AlmanakLaemert:1891 – 1940.**

GAUTHIEZ, Bernard. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico - método e exemplos de aplicação. **Rev. Inst. Estud. Bras. (online)**, São Paulo, n. 64, p. 21-50, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119563>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GUIÃO, João Rodrigues (Org.). **Ribeirão Preto no Primeiro Centenário da Independência Nacional: a cidade e o município.** Ribeirão Preto: Casa Selles, 1923.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE MOS, Carlos. **Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Trazido pelo Café.** São Paulo: Edusp, 2015.

MACAMBIRA, Yvoti de Macedo Pereira. **Os Mestre da Fachada.** São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História** (*online*), São Paulo, n. 115, 103 - 117, 7 dez. 1983. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>> Acesso em: 20 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Rev. Bras. Hist.** (*online*), São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, julho 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MIGLIORINI, Vera Blat. **Os padrões de desempenho do uso e ocupação do solo na previsão e controle do adensamento de áreas intra-urbanas**. 1997. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, USP, São Paulo, 1997.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990**. 2000. 169 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PARETO JÚNIOR, Lindener. **O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30012012-151830/pt-br.php>> Acesso em: 20 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não-diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19122016-181951/pt-br.php>> Acesso em: 20 dez. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos do passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**, [s.l.], n. 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SÁ, MANAIA & Cia. **Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto**- Estatístico, Histórico, Industrial, Commercial, Agrícola, Literário, Informações e Variedades. Primeiro Anno de Publicação. Ribeirão Preto: Typ, do Almanach – Sá, Manaia & Cia., 1913.

SECKLER, Jorge. (Org.). **Almanach da Província de São Paulo Administrativo, Industrial e Commercial**(série). São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1883, 1885, 1886, 1887, 1888.

SUTTON, Tim et al. **A gentle introduction to GIS:** brought to you with Quantum GIS, a Free and Open Source Software GIS Application for everyone. T. Chief Dir. Spat. Plan, 2009. doi: 10.1038/sj.bdj.2011.132

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana.** Paris: UNESCO, 2011. Disponível em:  
[https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao\\_sobre\\_a\\_paisagem\\_historica\\_urbana\\_unesco\\_2011.pdf](https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf). Acesso em: 19 jan. 2021.

WAISMAN, Marina. **O interior da História:** historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.